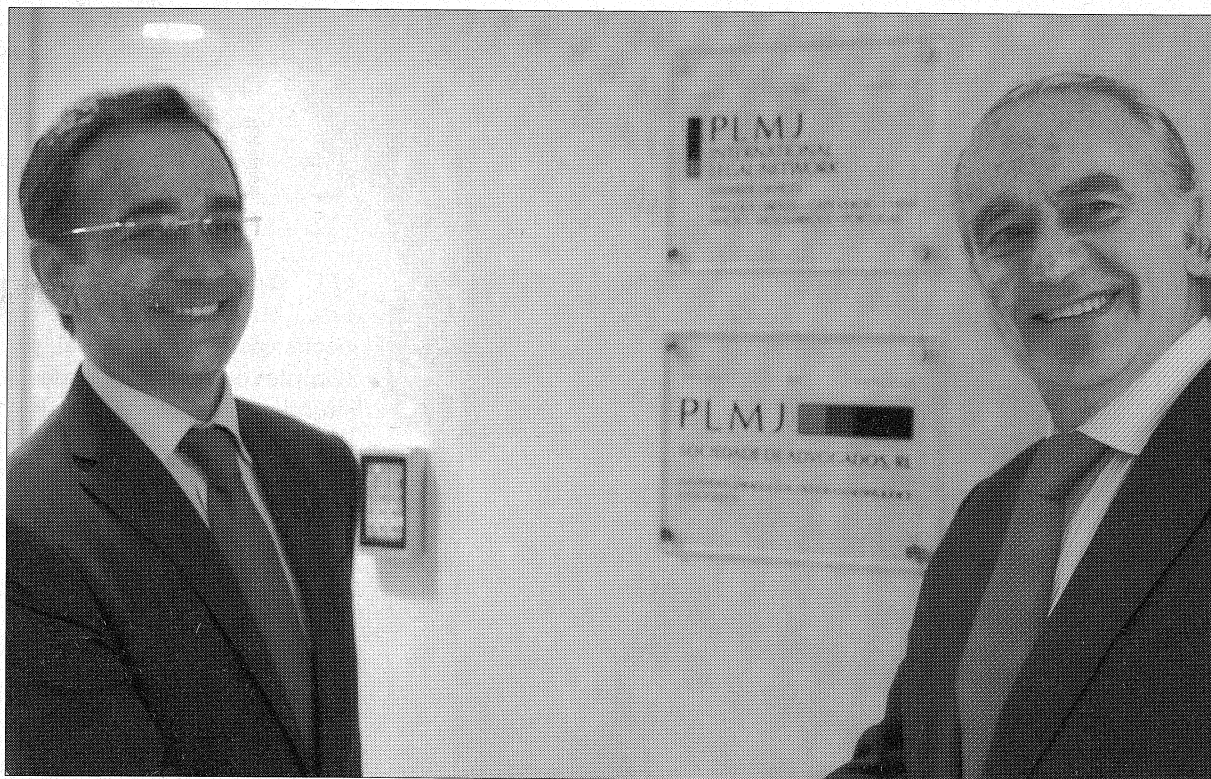


LUÍS SÁRAGGA LEAL E O DIREITO DE MACAU

Matriz portuguesa faz cada vez mais sentido

O PROEMINENTE causídico, sócio-fundador e «managing partner» da PLMJ Sociedade de Advogados, Luís Sáragga Leal (na foto, à direita), é de opinião que o Direito de Macau deve continuar a ser de matriz portuguesa e afasta a possibilidade de haver qualquer tipo de avanço em direcção à matriz anglo-saxónica. A justificação que encontra está na importância que actualmente representam para o Poder Central os Países de Língua Portuguesa (PLP): «A RAEM só tem a ganhar em manter aquilo que é a sua matriz histórica e cultural de ligação aos países da lusofonia. Compreendo que tenha de haver uma crescente identificação de Macau com o sistema jurídico e judiciário que está em vigor na China continental. Por isso, faz menos sentido que essa assimilação se faça com um sistema que não tem tradições em Macau, nem no continente chinês, ou seja, o sistema anglo-saxónico, que tem apenas tradições em Hong Kong».

O homem forte daquela que é considerada a maior sociedade de advogados de Portugal refuta, assim, a hipótese de Ma-



na passada terça-feira a' O CLARIM na Torre de Macau, à margem da «Cerimónia da assinatura do Acordo de Parceria entre a DSL Advogados e a PLMJ Sociedade de Advogados».

O acto assinalou o início de

cerias e alianças – a PLMJ International Legal Network, – com especial incidência nos PLP.

Além de beneficiar de sinergias criadas por uma língua e cultura comuns, em particular no Brasil, em Angola e em Mo-

Duque Simões (na foto, à esquerda) um abrir de horizontes, pois a DSL Advogados, da qual é sócio-fundador, «deixa de ser uma firma essencialmente vocacionada para o trabalho local, ou seja, para um mercado mais redu-

rio defende ainda o envolvimento do Fórum China/PLP neste tipo de iniciativas: «Esta parceria [entre a DSL e a PLMJ] é, no fundo, o conceito do Fórum, mas a nível privado. Obviamente, terá de haver uma articulação, porque o Fórum é um instrumento importante para que as entidades privadas possam encontrar os apoios e os incentivos financeiros, que são sempre necessários para explorar as novas oportunidades [de negócios]».

E refere também que os negócios sobre os quais Luís Sáragga Leal manifestou interesse, ao longo do périplo que efectuou durante duas semanas, com passagens por Pequim, Xangai, Hong Kong e Macau, vão essencialmente para as privatizações que estão previstas acontecer em Portugal; e, ainda, para os projectos na área dos recursos naturais, da energia e dos minérios nos PLP.

A PLMJ chegou a ter uma parceria com o escritório de advogados C&C. A esse propósito, Luís Sáragga Leal esclarece que o afastamento se deveu «a razões de projectos profissionais que